

## ENSINO DE HISTÓRIA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Delton Aparecido Felipe, Teresa Kazuko Teruya

Felipe DA, Teruya TK. Ensino de História cultura afro-brasileira e africana na educação básica: desafios e possibilidades. Arq Mudi. 2007;11(Supl.2):503-8.

**RESUMO.** O presente trabalho analisa a Lei Federal 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. Essa lei visa reconhecer a existência da cultura afro-descendente e seus ancestrais (africanos) na formação da sociedade brasileira. Sua aplicabilidade precisa ser construída no dia-a-dia do fazer pedagógico das escolas, envolvendo alunos, professores, corpo diretivo, corpo administrativo e comunidade escolar em geral, devendo ter como suporte um currículo que respeite a diversidade cultural no ambiente de sala de aula. Evidencia-se que os conteúdos dos livros didáticos e para-didáticos estão contaminados de preconceitos étnico-raciais. Neste sentido, propomos uma metodologia de ensino com a utilização de filmes que abordam a cultura africana com base nos Estudos Culturais, a fim de contribuir com a formação de professores cientes da relevância da cultura africana como um dos construtores da cultura brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação escolar, ensino de história, cultura afro-descendente.

---

Felipe DA, Teruya TK. Teaching of afro-brazilian and african history and culture in basic education: challenges and possibilities. Arq Mudi. 2007;11(Supl.2):503-8.

**ABSTRACT:** The present work analyzes the Federal Law 10,639/2003 that makes compulsory the education of Afro-Brazilian and African History and Culture in basic education. This law aims at recognizing the existence of the afro-descendant culture and its ancestrals (African) in the formation of the Brazilian society. Its applicability needs to be built in the routine of the pedagogical practice of the schools, involving students, teachers, directive board, administrative staff and school community in general, and should be supported by a curriculum that respects the cultural diversity in the classroom environment. It is evidence that the contents of didactic and for-didactic books are infected with ethnic-racial prejudices. In this sense, we put forward a methodology of education with the use of films dealing with the African culture on the basis of the Cultural Studies, in order to contribute with the formation of professors aware of the relevance of the African culture as one of the builders of the Brazilian culture.

**KEY WORDS:** school education, History education, afro-descendant culture.

---

### INTRODUÇÃO

A história do Brasil ensinada nas escolas foi elaborada a partir da visão européia, portanto, ela é eurocêntrica porque as outras matrizes de conhecimento e outras experiências históricas e culturais que compõem a formação do povo brasileiro não são contemplados. Os livros didáticos e outras produções bibliográficas ignoram a participação de africanos e afro-descendentes na construção intelectual e material do país. Este descuido tem o propósito de levar a uma sub-representação de uma parte da população na história do Brasil, para reproduzir o processo de dominação e opressão. A história não é coisa do

*Maringá, PR*

passado para ser memorizada e repetida, ela informa e revela quem somos nós no presente e quais os papéis que devemos desempenhar na sociedade atual.

Fernandes (2005) diz que a história ensinada na escola atual perde a cara da população e fica semelhante à visão dos dominadores, na qual produzem uma história parcial contendo elementos de discriminação e racismo. O mesmo problema ocorre com outras etnias, com relação às mulheres e às diversas regiões do país. É uma história presa ao machismo, ao regionalismo e ao modo de representar o país "brancocêntrico", porque oculta as diversas vozes e culturas processadas aqui,

esconde as verdades e, e portanto contribui para formar as mentalidades alienadas por vezes hostis a parcela da população brasileira.

A educação escolar nos ensina que somos resultantes da convivência cultural de três povos, porém apenas a visão européia é estudada desde a sua base histórica, anterior a 1500, e também dentro das representações históricas brasileiras posteriores a essa data. Cunha Junior (1998, p.14) argumenta “que são poucos os brasileiros que conseguem nomear cinco afro-descendentes que se destacam na história nacional ou até mesmo na história internacional”. Essa realidade mobilizou diversos movimentos sociais<sup>1</sup> que lutam por um Brasil mais justo e democrático. Para atender uma das reivindicações, o governo brasileiro decretou a Lei 10.639/2003 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 09 de Janeiro de 2003, que alterou as diretrizes e base da educação nacional fixadas pela Lei 9394/1996, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, com a finalidade de reconhecer e valorizar todas as suas matrizes culturais. O posicionamento daqueles que já conhecem este dispositivo legal é dividido, uns concordam e outros discordam. O argumento da discordância é que a lei não se traduz na prática uma mudança necessária.

Para Lopes (2003, p.19), a Lei 10.639/2003 do CNE vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais (os africanos), sua trajetória na vida brasileira e na condição de sujeitos que contribuíram para a construção da sociedade”. Agora é preciso inserir no currículo escolar e modificar os conteúdos hegemônicos de cunho eurocêntrico que estão contidas no sistema escolar, para obter um resultado desejável de respeito às diferentes culturas no processo de ensino e de aprendizagem. Essa alteração, em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída no cotidiano do fazer pedagógico no interior das escolas envolvendo alunos, professores, corpo diretiva, corpo administrativo e comunidade escolar em geral, para ter como suporte um currículo que com base na abordagem da diversidade cultural.

---

<sup>1</sup> Por exemplo: os movimentos sociais de diversas “minorias” como o movimento da consciência negra, o movimento feminista, o grupo dos GLS, o movimento pela a valorização da cultura indígena.

Um dos aspectos positivos da Lei 10639/2003, de acordo com Fernandes (2005), é abrir o espaço para que o negro seja incluído nas propostas curriculares como sujeito histórico. Nesta perspectiva, há que se ter profissionais da educação, especialmente professores devidamente preparados, que sejam capacitados e habilitados a realizarem uma releitura do currículo à luz da História e da Cultura Afro-Brasileira, bem como elaborar propostas pedagógicas que tenha como fundamento, os conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, históricos, religiosos, geográficos e culturais que abordem a questão do negro.

Hernandez (2005) alerta, porém, que muitos obstáculos são encontrados no ensino de História Africana e Afro-descendentes. Estes obstáculos estão relacionados ao imaginário do povo brasileiro que foi construído por uma visão desinformada e descontextualizada a respeito da África, que estão presente na mídia nacional. Costuma-se dizer que não sabemos nada sobre a África; se fosse assim, seria melhor. O problema é a difusão dos estereótipos, das imagens dos negros visto pelo europeu como exóticos, das mensagens racistas e preconceituosas que impregnaram o imaginário social. “Diante dessa realidade, é necessário propor uma metodologia que aborde a cultura africana, uma metodologia que leve em consideração os elementos da Cultura e História Afro-Brasileira” como argumenta Lopes (2003 p.25).

Nesta perspectiva, Chagas (1997) também defende a inserção dos elementos que recupere a memória histórica Afro-Brasileira para revisar o papel que os negros desempenham-nos diferentes espaços e paisagens culturais, na formação étnico-social do povo brasileiro; o resgate e valorização da cultura negra como um dos elementos formadores da nossa cultura, sem com isso desvalorizar as demais culturas, todas significativas para o Brasil; o resgate da humanidade do negro, que perdeu a identidade étnica, cultural e pessoal provocada pela escravização a que foi submetido e suas conseqüências para os descendentes Afro-Brasileiros; o combate ao mito da democracia racial, que mascara a existência do cidadão de segunda categoria ou segunda classe, situação que foi submetida a maioria da comunidade negra, com dificuldade de acesso, entre outros, aos benefícios da educação, da saúde e do trabalho.

Para definir a programação pedagógica afinada com o espírito da lei, é preciso que o professor lembre da necessidade de inovar e buscar

repostas sobre os motivos e os objetivos, com a finalidade de utilizar os meios adequados para tratar dessa temática. Para isso, o professor deve fazer questionamentos básicos no intuito de obter respostas que sirvam de subsídios para a construção de um currículo multirracial.

### **QUESTÕES PARA PENSAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-DESCENDENTE E AFRICANA EM SALA DE AULA.**

Para trabalhar a História da África na sala de aula, como nos alerta Conceição (1999), temos que levar em consideração algumas questões: como pensar em uma escola que tenha base uma educação na perspectiva da pluralidade étnico-cultural? Como romper com o modelo pedagógico vigente que tem o europeu como padrão? O que fazer para que a sociedade civil organizada, por meio de suas legítimas representações, inclua o afro-brasileiro? Estas indagações são fundamentais para construir uma nova escola que contemple os brasileiros descendentes de africanos. Neste sentido, consideramos necessário efetivar algumas ações no processo educativo de sala de aula, tais como:

1. Formar um novo perfil de professor e de aluno, de modo que, no exercício de relação e ajuda se apropriem dos saberes sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira para serem socializadas com as respectivas comunidades, a fim de romper com a pedagogia clássica que prioriza o modelo eurocêntrico.
2. Promover a releitura da História Africana, desde o mundo africano existente no período pré-colonial, com seus reinados e impérios, sua cultura e os seus reflexos na vida dos Afro-Brasileiros e dos brasileiros em geral.
3. Garantir a visibilidade ao Afro-Brasileiro com a finalidade de propiciar a cidadania e a igualdade racial, por meio de uma pedagogia multirracial e interétnica.
4. Garantir que o Afro-Brasileiro, na construção de sua personalidade, encontre referências em outros negros, considerando que o negro que não se vê em outro tem dificuldade em reconhecer-se e identificar-se como tal.
5. Viabilizar materiais pedagógicos que revelam outras fontes histórica sobre os

Afro-Brasileiros, para substituir os livros didáticos e os para-didáticos eivados de erros e preconceitos, hoje, a disposição das escolas, porque os livros didáticos de História do Brasil são reducionistas e trazem imagens que reforçam os preconceitos em relação a Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Cunha Junior (1998) diz que o racismo, o preconceito e a discriminação são os malefícios que existem tanto na escola como na sociedade em geral, muitas vezes mascarados e naturalizados e, outras vezes, assumidos explicitamente nas atitudes, nos valores e nas normas vigentes, presentes em nosso cotidiano. São manifestações de um processo cruel de dominação, que mina a cultura dos grupos sociais considerados dominados, entre nós, como os negros e os indígenas.

Silva (2001) alerta que trabalhar a partir de valores eurocêntricos no sistema de escolar, leva as crianças e adolescentes Afro-Brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tal pelos demais. A convivência com a imagem estereotipada, e preconceituosa que causam danos psicológicos e morais, pode bloquear a personalidade étnica e cultural do Afro-descendente.

O brasileiro, de um modo geral, sabe pouco a respeito do Afro-descendente, e quando sabe, está repleta de idéias preconceituosas. Nosso conhecimento é sincrético. Começa com a entrada do negro no Brasil como escravo e mercadoria. A imagem do negro descalço, seminu e selvagem é mostrada na literatura escrita por brancos. Mas a história do africano livre, dono de sua própria vida, produtor de sua cultura, a época dos grandes reinos e impérios na África Pré-Colonial, é pouco conhecida. Está na hora de desmontar as inverdades e as omissões, para desnaturalizar os preconceitos e construir uma nação multirracial, justa e democrática.

### **COMO TRABALHAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-DESCENDENTE E AFRICANA NA SALA DE AULA**

È urgente e inquestionável a necessidade de capacitação do professor, para que se possa cumprir a lei 10.639/2003 do CNE. A aplicabilidade deste dispositivo legal está na relação direta com a proficiência do docente em tratar da

temática estabelecida. De acordo com Fernandes (2005), um dos gargalos da educação brasileira consiste na qualificação do corpo docente, bem como na elaboração de um material didático que possa dar suporte técnico na formação inicial e continuada de professores no Ensino Fundamental e Médio.

Dessa forma, tratar a temática do negro no currículo escolar não depende do professor ser negro ou não, de saber ou não. A lei é de um caráter obrigatório para todo o magistério e tem a função estratégica para a formação do cidadão brasileiro. “Para atender a esta lei é fundamental que os conhecimentos e os saberes relativos à esta temática, de que alguns de nós somos possuidores, sejam socializados entre os demais educadores e ampliados para toda comunidade escolar, com isso o professor e a escola não serão mais acusados de serem mediador - mesmo que inconsciente - da formação de estereótipos que geram preconceitos que se constituem de um juízo prévio, por ausência de um real conhecimento do outro” SILVA (2001, p.73)

Não há como conhecer, de modo sistematizado, a História e a Cultura dos Afro-Brasileiros, sem mudar o currículo, entendendo-o, como elucida Silva (2001), nas suas dimensões de currículo oculto e currículo explícito, vivido no âmbito das instituições escolares e, muito particularmente, nas salas de aula. Qualquer que seja o modo como professor venha a se preparar, o acesso à informação é fundamental. E isso se processa por meio da leitura crítica, da discussão, da coleta e da organização de informações pertinentes. As leituras podem ser feitas em duas direções: uma, sobre o currículo oculto, no qual se materializam as atitudes preconceituosas e os procedimentos que discriminam; outra, sobre o currículo explícito, no qual se encontra a programação de ensino, os conhecimentos, os fatos, os conceitos relativos ao tema abordado.

São estas estratégias de aprendizagem, não excludentes entre si, que deverão ser disponibilizadas, para que o professor torne factível o que dispõem a Lei 10639/2003 do CNE. Neste artigo, pretendemos abordar uma dessas estratégias possíveis de se trabalhar a linguagem fílmica como uma fonte de pesquisa histórica, a fim de questionarmos as narrativas eurocentrista sobre a Cultura Afro-brasileira, que esta no discurso tanto da sociedade quanto da escola.

Os livros didáticos e a televisão continuam mantendo o padrão discriminatório, ou

evidenciando em gravuras e textos a raça negra em desempenhos desvalorizativos ou simplesmente omitindo a figura do negro. A mesma prática ocorre nos murais dos corredores das escolas e salas de aula. Conclui-se que alertando o dano que essa prática provoca contra o negro, especialmente a criança negra, em pleno momento de evolução estaremos contribuindo para devolver ao negro o que lhe foi constantemente negado – o direito a ser diferente. (Chagas, 1997, p.35).

A nossa proposta é formar o professor para utilizar os materiais didáticos na sala de aula em uma perspectiva crítica, no sentido de desconstruir as ideologias, os estereótipos e os preconceitos que desumanizam e desqualificam determinados grupos sociais, a fim de contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico-racial e da auto-estima dos Afro-descendentes, como um passo fundamental para a aquisição do direito à cidadania. A desconstrução da ideologia abre possibilidade do reconhecimento e aceitação dos valores culturais próprios, bem como sua aceitação por indivíduos e grupos sociais pertencentes a outras raças e etnias. Isto facilita as trocas interculturais na escola e na sociedade.

Diante dessa realidade, é necessário buscar novas formas de se trabalhar com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula, como prevê a Lei 10.639/2003. Uma dessas possibilidades é o uso do filme como fonte de pesquisa e como uma ferramenta pedagógica para trabalhar os elementos-chaves da cultura africana na formação da cultura brasileira, sem necessariamente contrapor-se à cultura européia.

Ao trabalhar um filme como fonte na sala de aula, Fabris (2002) alerta que “é preciso prestar atenção nas “verdades” que [a indústria do cinema] vem produzindo e como ela está a serviço de um jogo comercial elaborado nos grandes estúdios”. Este jogo está intimamente ligado à política neoliberal, a qual imprime às nossas ações uma forma peculiar de habitar o mundo, a política, que continua a excluindo tantos sujeitos grande parcela da população de ocuparem espaços na vida social. Por isso que para ao utilizar um filme como ferramenta pedagógica a construção de uma sociedade multirracial por meio da escola, devemos tomar alguns cuidados.

Teruya (2006, p.13) argumenta que “o professor deve encontrar o sentido educativo na utilização dos recursos audiovisuais”, [especialmente os filmes,] “para que os alunos

aprendam a selecionar e a ler criticamente a linguagem das diversas mídias”, pois se utilizarmos a fonte fílmica, sem perspectiva crítica, podemos incorrer no perigo de reforçar os preconceitos e os estereótipos forjado pela cultura dominante.

### **UM CAMINHO POSSÍVEL.**

A utilização do filme como uma fonte de pesquisa é uma possibilidade de se trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na sala de aula. O cinema permite ampliar a nossa reflexão, desde que sejam investigadas outras fontes que vão além do currículo oficial. A educação escolar, com base em um currículo que contemple a diversidade cultural, permite uma reflexão da sociedade para subsidiar a formação dos professores em sua prática docente, que é a realização de uma análise das imagens do cinema que traz uma interpretação representação do mundo contemporâneo.

De acordo com Noma (2000), analisar o filme como uma fonte da qual o educador pode se valer para compreender a história, implica em refletir sobre o processo em curso. As imagens tornaram-se essencial no estudo da história e na reflexão social pelo poder que elas ganharam no decorrer do século XX, de formar ou deformar opiniões, de padronizar posições ideológicas e de construir ou desconstruir estereótipos. É preciso enfatizar que se pretende utilizar o filme como fonte de estudo ou como ferramenta pedagógica para construir uma sociedade multirracial e que se tenha como base a diversidade cultural. É preciso trabalhar em uma perspectiva crítica, para levar em consideração o registro humano que precisa ser decodificado e interpretado, muitas vezes, desconstruídos. O filme traz um discurso, uma representação do real que geralmente estão eivados de ideologias.

Os Estudos Culturais, segundo Fabris (2002), oferecem os fundamentos para questionar e desconstruir as narrativas que perpetuaram durante séculos na sociedade e, conseqüentemente, nos conteúdos escolares. Permite-nos questionar o discurso hierarquizador que privilegia a cultura eurocentrista em detrimento de outras culturas formadoras da nação brasileira. Neste sentido, os Estudos Culturais tratam a cultura como um campo de produção de significados, em que os diferentes grupos sociais situados em posições diferenciadas de poder, lutam para preservar suas idéias e combater a padronização da identidade

como se a cultura hegemônica fosse a única em toda a sociedade.

Nessa perspectiva, temos uma contribuição teórica para analisar o filme como fonte de pesquisa e tratar das distorções históricas com maior propriedade, a fim de combater as ações que compactuam com a discriminação e o preconceito racial em relação à cultura Afro-descendente no contexto social escolar. É preciso desconstruir essas distorções, combater uma série de mitos, tabus e inverdades sustentadas pelo “brancocentrismo” brasileiro, como um caminho necessário para construir uma sociedade na qual a população Afro-descendente não seja penalizada pelos efeitos danosos do preconceito racial.

Contudo, não queremos dizer que a utilização do filme como fonte sejamos capazes de conhecer toda História Afro-Brasileira e Africana, apenas queremos propor uma ferramenta pedagógica para trabalhar temas polêmicos e defender a valorização da cultura africana como uma das formadoras da cultura brasileira. Evidentemente, estamos de acordo com Noma (2000, p.138), ao afirmar que o filme revela as várias dimensões da consciência coletiva como um produto social da experiência de viver em uma determinada sociedade. Assim, ao utilizar um filme como material didático, na perspectiva dos Estudos Culturais, teremos um amplo campo de possibilidades de possibilidades para abordar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de diversificar e romper com os cânones eurocentristas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As distorções históricas que alimentam práticas inferiorizantes da cultura Afro-descendentes estão manifestadas no meio social e no ambiente escolar. No cerne dessas distorções, existe uma série de mitos e inverdades sobre os Afro-descendentes que foram construídos no decorrer da história brasileira. Esses mitos e inverdades afetam a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente democrática e, de modo particular, penaliza população Afro-descendente. As imagens negativas sobre Africanos e Afro-descendentes, veiculadas na sociedade, atingem os seus referenciais identitários e as possibilidades de construção e exercício da cidadania, por que foram introjetadas e alimentadas pela cultura escolar. O caminho para a construção de uma outra perspectiva, da pluralidade étnico-racial na prática educativa, que contemple todas as etnias que

compõem a sociedade brasileira, passa obrigatoriamente pela re-significação das concepções sobre a África e o Afro-descendente no currículo escolar. Para isso, é necessário viabilizar materiais pedagógicos que possibilite a desconstrução dos inúmeros preconceitos que ainda existem na sociedade em relação aos descendentes de africanos no Brasil.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Biko S. **Escrevo o que eu quero**. Tradução Grupo solidário São Domingos. Editora Ática, São Paulo, 1990.
- Brasil. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996a. p.294.
- Chagas CC. **Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Conceição MT. Rompendo com o silêncio o negro na escola. In: Lima IC. **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis – SC: NEN, 1999. (Pensamento negro em educação n.6) p.56-74
- Cunha Junior H. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. In: Lima IC. (org). **Negros e currículo**. Florianópolis –SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n.2) p.33-42
- Fabris ETH. Cinema e educação. In: Oliveira IB, Sgarb P. (orgs.). **Redes culturais, diversidade e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- Fernandes JRO. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidade. **Caderno Cedes**, Campinas-SP, vol. 25, n 67, p.378-388, set/dez, 2005.
- Hernandez LL. **África na sala de aula – Visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.
- Lopes VN. Inclusão étnico-racial: cumprindo a lei, praticas pedagógicas contemplam afro-brasileiros. In: **Revista do Professor**, Porto Alegre- RS, vol 19,n75, p.25-30, jul/set, 2003.
- Noma AK. O cinema como fonte do ensino e da pesquisa em educação. In: **Anais do Seminário de Pesquisa PPE/2000**.
- Silva AC. **Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático**. Salvador, BA, EDUFBA, 2001.
- Teruya TK. **Trabalho e educação na Era Midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação**. Maringá – Pr: Eduem, 2006.

Revista indexada no Periodica, índice de revistas Latino Americanas em Ciências <http://www.dgbiblio.unam.mx> (ISSN 1980.959X).

Continuação de: Arquivos da Apadec (ISSN 1414.7149)